

PROJETO BÁSICO

CONSTRUÇÃO DO CERCAMENTO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA.

ABRIL DE 2025

PROJETO BÁSICO

SEMDUR Processo: 011/2025

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para execução da obra de Construção do cercamento do terminal rodoviário de Barcarena-Pa, por meio de Concorrência Eletrônica, conforme Projetos Executivos, e as condições estabelecidas neste Projeto Básico.

Endereço: Rodovia Pa-151, município de Barcarena, estado do Pará.

Localização: Lat: 1° 31' 16.55"S, Long: 48° 36' 53.38" O

1.1 Características da Obra/Serviço:

- Tipo de Serviço: **Construção Nova**
- Tipo de Obra: **Outros**
- Setor Beneficiado: **Infraestrutura e Transporte**

2. DO OBJETIVO

A presente contratação tem por objetivo a execução de obra de construção de cercamento do terminal rodoviário de Barcarena, visando à proteção, segurança e delimitação do espaço. A medida se justifica pela necessidade de preservar o patrimônio público, coibir acessos indevidos, furtos, atos de vandalismo, descarte irregular de resíduos e outras práticas que comprometam a integridade da área.

O cercamento permitirá um controle mais efetivo do acesso ao local, garantindo maior segurança aos bens, equipamentos, servidores e demais usuários da área. Além disso, a delimitação física contribui para a melhor organização do espaço, facilita a gestão territorial e atende a recomendações de órgãos de controle, quando aplicável.

Destaca-se que a área em questão não possui atualmente estrutura adequada de isolamento, o que tem acarretado riscos à segurança patrimonial e operacional.

Assim, a construção do cercamento representa uma ação preventiva e corretiva, alinhada às diretrizes de zelo pelo bem público, conforme preceitua a legislação vigente e os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência e da economicidade.

Dessa forma, a contratação dos serviços de construção do cercamento do terminal rodoviário é imprescindível e urgente para garantir a adequada proteção da área e a continuidade das atividades desenvolvidas no local com segurança e regularidade.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A contratação de pessoa jurídica para a execução da obra dar-se-á por meio de licitação, de forma indireta e o regime será de empreitada por preço global, a qual observará os preceitos do direito público e as disposições da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e alterações; das normas técnicas vigentes da A.B.N.T., do Decreto 7.746 de 05/06/2012 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes e aplicáveis ao objeto, bem como o estabelecido neste Projeto Básico.

4. DA JUSTIFICATIVA

A justificativa para a construção de cercamento visa garantir a segurança, a proteção e o controle de uma área específica. Ele contribui para a proteção contra intrusos, furtos e vandalismo, além de garantir a privacidade dos moradores ou usuários do local.

Também ajuda a definir claramente os limites da propriedade, evitando disputas territoriais e facilitando o controle de acesso. Em áreas ambientais, pode ser utilizado para preservar o ecossistema e proteger a fauna e a flora. Além disso, pode melhorar a estética e organização do ambiente, assegurando um espaço mais seguro e controlado.

5. DOS RESULTADOS ESPERADOS

A execução da Construção do Cercamento do Terminal Rodoviário de Barcarena, na Rodovia PA-151, propõe uma série de benefícios substanciais que impactarão positivamente a vida dos moradores e o desenvolvimento econômico da região. Os resultados almejados abrangem diversas esferas, visando aprimorar a conectividade, impulsionar a economia local e fortalecer a infraestrutura comunitária.

1. Melhoria da Segurança Física

- Redução de acessos não autorizados ao terminal.
- Prevenção de furtos, roubos e vandalismo.
- Proteção de cargas, veículos e infraestrutura.

2. Controle de Acesso Efetivo

- Estabelecimento de pontos de entrada e saída monitorados.
- Implantação de sistemas de controle (crachás, biometria, catracas, vigilância).
- Registro preciso de entrada/saída de pessoas e veículos.

3. Conformidade com Normas e Regulamentações

- Atender às exigências da Receita Federal, ANTAQ, Polícia Federal, ou outros órgãos reguladores.

- Adequação a normas internacionais de segurança como ISPS Code (para terminais portuários).

4. Redução de Riscos Operacionais

- Minimização de riscos de acidentes com pessoas ou veículos externos.
- Melhoria na organização do fluxo logístico dentro do terminal.

5. Melhoria na Imagem Institucional

- Demonstração de comprometimento com a segurança e a organização.
- Maior confiança de clientes, parceiros e órgãos fiscalizadores.

6. RELAÇÃO DE ANEXOS INTEGRANTES AO PROJETO BÁSICO

- 6.1 São partes integrantes do Projeto executivo, os itens abaixo relacionados:
- 6.1.1 Encarte “A” – Memorial Descritivo e Especificações;
 - 6.1.2 Encarte “B” – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, CPU, BDI, Encargos Sociais;
 - 6.1.3 Encarte “C” – ART;
 - 6.1.4 Encarte “D” – Portaria do Fiscal;
 - 6.1.5 Encarte “E” – Projeto Gráfico;
 - 6.1.6 Encarte “F” - Parcela de Maior Relevância;

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 O prazo para a execução da obra/serviço será de **90 (noventa) dias corridos** a contar da data designada na Ordem de Serviço a ser expedida para a CONTRATADA.
- 7.2 Será condição para a emissão da Ordem de Serviço que determinará o início das obras a apresentação da ART/RRT do responsável técnico junto ao CREA/CAU(PA), que deverá ser entregue à CONTRATANTE em até cinco dias úteis após a assinatura do contrato.
- 7.3 O Prazo para vigência do contrato será o prazo de execução dos serviços proposto pelo licitante vencedor, acrescido de 90 (Noventa) dias, corridos consecutivos contados a partir da assinatura do contrato.

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 8.1 O recebimento do objeto deste Projeto Básico dar-se-á conforme com base no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, os serviços serão recebidos da seguinte forma:
- 8.1.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de

caráter técnico;

- 8.1.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 8.1.3 À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e definitivo dos serviços, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
- 8.1.4 A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 8.1.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites permitido pela lei ou pelo contrato.

9. DA SUPERVISÃO/FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1 A fiscalização e o acompanhamento dos serviços será exercida por servidor (ou comissão) a ser designado por esta SEMDUR, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos trabalhos e de tudo dar ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o Contrato e projeto executivo;
- 9.2 Este projeto básico serve de orientação. Em caso de discrepâncias ou dúvidas estas serão resolvidas com a fiscalização e a contratada, após verificação dos itens do projeto executivo, caderno de especificações e planilha(s) orçamentária(s);
- 9.3 Todas as soluções de desenvolvimentos, detalhamentos, acabamentos, equipamentos e sistemas construtivos deverão ser submetidos à apreciação e aprovação pela equipe técnica desta SEMDUR;
- 9.4 O responsável pela fiscalização e/ou o seu substituto legal devem zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste Projeto Básico, efetuando gestões administrativas junto à CONTRATADA;
- 9.5 O responsável pela fiscalização e/ou o seu substituto legal anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas aos serviços prestados, determinando o

que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; avaliará as etapas executadas dos serviços (visita técnica), observado o disposto neste Projeto; e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) de recebimento dos serviços para fins de pagamento.;

- 9.6 Todas as irregularidades constatadas pelo Fiscal do Contrato e/ou por seu substituto legal na fiscalização dos serviços previstos neste Projeto, que extrapolem suas competências e atribuições legais, serão comunicadas o mais breve possível à Administração da CONTRATANTE, para que esta tome as medidas cabíveis e pertinentes aos casos;
- 9.7 A contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela CONTRATANTE;
- 9.8 A supervisão da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

10. DA VISTORIA

- 10.1 A empresa poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços em até 1 (um) dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de tomar ciência das condições e grau de dificuldade existentes do objeto deste Projeto Básico.
- 10.2 Antes de efetuar a vistoria, a empresa deverá contatar a SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEMDUR para agendamento e autorização, por meio do endereço eletrônico semdurengenharia@gmail.com, das 08H às 14H, nos dias úteis exceto as sextas-feira.
- 10.3 Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, a empresa não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para se eximir das obrigações assumidas.**

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Art.155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:**

- 11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 Advertência;
- 11.3 Multa de:
 - a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso da execução autorizada, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo-quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea “a”, limitado a 15 (quinze) dias subsequentes. Após o décimo-primeiro dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 11.4 para efeito de aplicação de multas, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, quando da ocorrência de inexecução parcial das obrigações estabelecidas neste

Termo, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor do Contrato
02	0,4% por dia sobre o valor do Contrato
03	0,8% por dia sobre o valor do Contrato
04	1,6% por dia sobre o valor do Contrato
05	3,2% por dia sobre o valor do Contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DISCRICÃO	GRAU
01	Permitir a presença de empregado sem a devida identificação e/ou sem crachá; por empregado e por ocorrência.	01
02	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços; por empregado e por dia.	03
03	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
04	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material por ocorrência.	02
05	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI); quando necessários; por empregado e por ocorrência.	02
06	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO SEMDUR; por ocorrência.	02
07	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	02
08	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR, sem motivo justificado; por ocorrência.	02
09	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão	05

	corporal ou consequências letais; por ocorrência.	
10	Deixar de cumprir normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho o local de execução dos serviços, por ocorrência.	02
11	Executar obra com prazo vencido e sem a devida justificativa do atraso	05
	Para os itens a seguir, deixar de;	
12	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço; por dia de atraso.	01
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
14	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
15	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO SEMDUR; por ocorrência.	02
17	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02
18	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR; por ocorrência.	03
19	Zelar pelas instalações da contratante utilizadas; por item e por dia.	01

11.4.1 Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento para contratar com a Prefeitura Municipal de Barcarena por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

11.5 As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração

do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

- 11.6 No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As despesas com pagamento dos serviços ocorrerão por conta dos recursos disponíveis e constantes no orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano sob o título:

Órgão: 02 Prefeitura Municipal de Barcarena.

Unidade Orçamentária: 02.21 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

Funcional Programática: 15.451.0059.1.071.000 – Implant. de pequenas e med. obras de caráter urbano e ambient. nas áreas urb. e rural.

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e instalações.

Subelemento de Despesa: 4.4.90.51.99.00 – Outras Obras e instalações.

Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos.

R\$ 439.240,47	Quatrocentos e trinta e nove mil e duzentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos.
-----------------------	---

Maria do Desterro F. da Conceição
Diretora do Departamento de
Contabilidade
Decreto nº 0006/2025-GPMB

Luiz Henrique dos Santos Moraes
Secretário Municipal de Infra. e Desenv.
Urbano.

13. DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

DECLARO, para fazer face junto à Comissão Permanente de Licitação, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que os quantitativos apresentados na Planilha Orçamentária guardam compatibilidade com o Projeto de Engenharia referente ao Objeto.

Venho firmar que os orçamentos enviados juntamente a este Projeto Básico estão de acordo com o capítulo II do Decreto nº 7903 de 2013.

Eng.º Mec. Hender da Costa Pantoja
CREA-PA nº 152.156.262-8
Portaria nº 0063/2025-SEMAT
Secretaria Municipal de Infra. e Desenv. Urbano - SEMDUR

14. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL E EXECUÇÃO

Venho firmar a fiscalizarei o objeto deste Projeto Básico de acordo com;

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Thiago vieira Benaduce
CREA-PA: 152.299.111-5
Fiscal de Contrato Administrativo
Portaria nº 0018/2025 – SEMAT

15. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

A Contratada deverá dar garantia dos materiais fornecidos e aplicados, bem como dos serviços executados por um período de 5 anos, a partir da data do recebimento definitivo do objeto da licitação.

Barcarena, 28 de abril de 2025.

Luiz Henrique dos Santos Moraes
Secretário Municipal de Infra. e Desenv. Urbano.
Decreto Nº 0009/2025–GPMB



A autenticidade desse documento pode ser verificada no site:
https://pmbarcapa.govadm.com.br/workflow/verificar_documento.jsf
informando o código verificador: 1710729 e código CRC: 3AX6QRXDBTK.

Documento assinado eletronicamente por **HENDER DA COSTA PANTOJA** em 28/04/2025, às 16:43.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique dos Santos Moraes** em 28/04/2025, às 16:44.

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO VIEIRA BENADUCE** em 28/04/2025, às 16:44.

Documento assinado eletronicamente por **Maria do Desterro Feio da Conceição** em 29/04/2025, às 14:41.